

1300 600

milhões — valor estimado para as medidas chumbadas pelo Tribunal Constitucional e que o Governo quer agora substituir

milhões — valor dos cortes nas despesas de funcionamento que o executivo garante que irá realizar ainda durante este ano

Aumentar impostos ou cortar despesa: o que afecta menos a economia?

Sérgio Aníbal

Para substituir o corte dos subsídios de férias chumbado pelo Tribunal Constitucional, o Governo optou por realizar cortes na despesa. Recusou mais subidas de impostos, argumentando que tal seria negativo para a actividade económica. Mas será que, no curto prazo, cortar na despesa pública tem realmente menos efeitos negativos na economia do que subir impostos? Os economistas consultados pelo PÚBLICO dividem-se e alertam que, para chegar a uma conclusão definitiva, é preciso saber que tipo de cortes na despesa é que irão ser feitos pelo executivo, algo que ainda não foi anunciado.

Entre os analistas dos bancos, que estão neste momento a analisar os impactos das mudanças orçamentais nas suas previsões para a economia portuguesa, as certezas neste momento ainda não são muitas. “O corte na despesa pública tem habitualmente um impacto mais imediato na economia. No caso do agravamento fiscal, do que se trata é de efeitos de segunda ordem, em que o impacto se pode fazer sentir ou ao nível do consumo ou da poupança”, explica Paula Carvalho, do departamento de estudos económicos do BPI.

Ainda assim, apesar deste princípio geral, que poderia contrariar a ideia do Governo de que um agravamento fiscal seria mais negativo para a actividade, a economista salienta que é preciso olhar para o detalhe. Por enquanto, contudo, há já uma certeza: a previsão de contracção do PIB de

2,2% este ano deverá vir a ser revista em baixa, não por causa destas alterações orçamentais, mas por causa da deterioração da conjuntura externa. “O que quer que seja feito não deverá compensar o facto de o cenário externo estar a ter um impacto mais negativo do que aquilo que se previa”.

Rui Constantino, do Santander, já está a trabalhar com uma projecção para a recessão deste ano mais negativa, de 2,8%. No entanto, acredita que esta opção do Governo pelos cortes na despesa em vez da subida de impostos pode ter efeitos positivos na actividade económica. “Se se tivesse apostado em mais impostos, poderíamos ter um efeito muito negativo ao nível das expectativas, com as pessoas a anteverem que esta sequência de medidas atrás de medidas não iria acabar e acentuando o efeito de poupança”, explica. No entanto, este economista reconhece que para saber de que forma é que os cortes de despesa vão afectar a economia ainda é preciso saber aquilo que o Governo pretende fazer. “Cortes de despesas de bens e serviços podem ter um impacto mais específico que garanta uma certa estabilidade nas expectativas. Colocação de funcionários na mobilidade e rescisões amigáveis em larga escala podem ter efeitos diferentes.”

João Loureiro, professor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, não avança com projecções de impacto para a economia destas mudanças orçamentais, mas defende que, nesta fase, um agravamento fiscal não produziria qualquer tipo de resultado, sendo inevitável apostar no corte de despesa. “A experiência recente mostra que aumentar taxas de imposto não garante mais receita porque a base de incidência diminui”, afirma, defendendo que o corte na despesa “dá mais garantias de cumprimento do objectivo de controlo do défice”. “Foi isso que os partidos que suportam o Governo prometeram na última campanha eleitoral e era isso que o Governo deveria ter feito desde a primeira hora.”, diz.

João Rodrigues, investigador do Centro de Estudos Sociais, tem uma opinião diferente. O economista começa por dizer que “a composição de um possível aumento dos impostos ou dos cortes na despesa é que determinará o seu efeito macroeconómi-

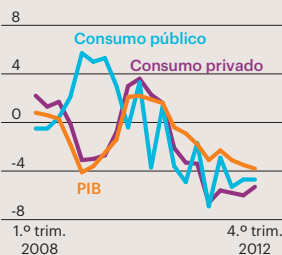


Cortar na despesa, como o sector da saúde, divide os especialistas

co”, mas assinala que “a esmagadora maioria dos cortes feitos, dos programados e dos por programar são o que de mais economicamente recessivo e injusto socialmente se pode fazer”. Em alternativa, sem impactos negativos, haveria cortes da despesa “nos juros e nos benefícios de que auferem sectores rentistas, como é caso das parcerias público-privadas” ou um aumento da “tributação de sectores com rendas elevadas e pouco interesse para a reconfiguração da economia portuguesa e na tributação progressiva de rendimentos de que tendem a beneficiar mais os mais ricos, precisamente aqueles com menor propensão a consumir”.

Economia a cair

Varição homóloga, em %



Fonte: INE